



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 78ª Reunião Ordinária

18 de janeiro de 2022

1 No dia dezoito de janeiro de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, em terceira convocação, membras(os) do
2 Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Londrina (CMDM) e colaboradoras(es) reuniram-se para a
3 78ª Reunião Ordinária da Gestão 2017/2021 (prorrogada até 31/03/2022 por meio do Decreto Municipal
4 717, de 29 de junho de 2021, em razão da insegurança sanitária para realização de nova eleição). A reunião
5 foi realizada por meio de videoconferência (<https://meet.google.com/pai-birv-usf>), como medida de
6 enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19). Conforme Ofício Circular
7 001/2022-CMDM a reunião teve como **proposta de pauta**: **1.** Aprovação da ata da 77ª Reunião Ordinária
8 realizada em 14/12/2021. **2.** Correspondências recebidas e enviadas. **3.** Parecer ao Projeto de Lei 240/2021
9 que “dispõe sobre a proibição da instalação, adequação e o uso comum de banheiros por pessoas de sexo
10 biológico diferentes em todos os estabelecimentos comerciais, estudantis e órgãos públicos da
11 administração direta ou indireta no Município de Londrina e dá outras providências”. **4.** Parecer ao Projeto
12 de Lei 142/2021 que “autoriza a implantação de banheiros públicos no mobiliário urbano do Município de
13 Londrina e dá outras providências”. **5.** Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres (definição da
14 Comissão Organizadora e demais informações). **6.** Relato dos casos de violência contra mulheres ocorridos
15 em áreas públicas de Londrina. **7.** Relato das Comissões. **8.** Informes. **Conselheiras e conselheiros**
16 **presentes:** Amanda Gaion Pedro, Ana Carolina Arruda Franzon, Cassia Munhoz Silva, Dilcéia Cardoso de
17 Lima, Elaine Ferreira Galvão, Eunice Tieko Miyamoto, Liange Hiroe Doy Fernandes, Luciana Mazzarotto
18 Negrini, Lucimar Rodrigues da Silva Alves, Lusenir Oliveira Francisco de Paula, Margarete Cipolla, Marselle
19 Nobre de Carvalho, Meire Ellen Moreno, Miriam de Jesus Apolinário Ribeiro, Nilceia de Fátima Vertuan,
20 Priscila Alexandra Colmiran, Rosalina Batista, Rosângela Portella Teruel, Simone Estela Lopes de Arruda e
21 Tatiene Matoba de Avila. **Outras(os) participantes:** Fernanda Serenário (SMPM), Ana Beatriz Francisco de
22 Melo (Frente Feminista de Londrina), Sandra Nishimura (Gabinete da Vereadora Lenir de Assis).
23 **Justificaram a ausência:** Cristiane Aparecida Prado Altero, Káthia Regina Godoy, Osvaldo de Souza Campos
24 Júnior. O registro de presença foi realizado por meio do link <https://forms.gle/6xkV9Dxt7YkexUE28>
25 disponibilizado no *chat* da reunião. Rosalina Batista, Presidente do CMDM, inicia a reunião dando boas-
26 vindas a todas as presentes, dando graças a Deus pelo primeiro encontro de 2022. Explica que a reunião
27 seria presencial, mas houve alteração pelas questões sanitárias da pandemia. Registra que, apesar das
28 dificuldades, o CMDM não deixou de realizar nenhuma reunião desde o início da pandemia. A Secretária
29 Municipal de Políticas para as Mulheres e Vice-Presidente do CMDM, Liange Hiroe Doy Fernandes, também
30 dá as boas-vindas e agradece pelas conselheiras continuarem lutando pelas demandas do Conselho.
31 Rosângela faz a leitura da proposta de pauta para a plenária. Marselle solicita a inclusão na pauta de uma
32 nova discussão sobre o horário das reuniões do CMDM. Aprovadas a inclusão e a pauta. Passamos aos itens
33 da pauta. **1. Aprovação da ata da 77ª Reunião Ordinária realizada em 14/12/2021 (leitura prévia):**
34 Marselle solicita alteração da ata no item sobre o horário das reuniões ordinárias do CMDM. Destaca que
35 na reunião de dezembro apontou, pelo chat, que o horário das reuniões ordinárias do CMDM, das 14 às 16
36 horas, seria inviável e, portanto, não houve consenso. Em razão de não constar sua manifestação com
37 relação à troca de horário, solicitou que fosse incluída na ata de dezembro. Fernanda disponibilizou a nova
38 redação deste ponto no chat e Marselle concordou com a alteração. Isto feito, ata aprovada. **2.**
39 **Correspondências recebidas e enviadas:** Rosângela faz uma breve explicação sobre as correspondências,
40 cujos resumos estavam anexados ao ofício circular de convocação. **Correspondências Recebidas:** a) Ofício
41 1900/2021-DL - Solicita parecer ao PL 240/2021. b) SEI 19.026.168001/2021-23/SMAS - Resposta ao Ofício
42 60/2021-CMDM sobre mulheres em situação de rua. **Correspondências Enviadas:** a) Ofício
43 064/2021/CMDM – À SMPM, encaminha denúncia e solicita providências - Conjunto Habitacional Vista
44 Bela. b) Ofício 065/2021/CMDM – Encaminhado à CML. Solicita prorrogação de prazo para parecer ao PL
45 240/2021. c) Ofício 001/2022/CMDM - Parecer ao Projeto de Lei 240/2021. d) Ofício 002/2022/CMDM -
46 Parecer ao Projeto de Lei 142/2021. e) Ofício 003/2022/CMDM - Encaminhado ao CNDM. Solicita



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 78ª Reunião Ordinária

18 de janeiro de 2022

47 informações sobre a V Conferência Nacional dos Direitos das Mulheres. f) Ofício 004/2022/CMDM -
48 Encaminhado ao CEDM. Solicita informações sobre a etapa estadual da V Conferência Nacional dos Direitos
49 das Mulheres. **3. Parecer ao Projeto de Lei 240/2021 que “dispõe sobre a proibição da instalação,
50 adequação e o uso comum de banheiros por pessoas de sexo biológico diferentes em todos os
51 estabelecimentos comerciais, estudantis e órgãos públicos da administração direta ou indireta no
52 Município de Londrina e dá outras providências”:** Rosângela fez a leitura da minuta do parecer, elaborado
53 pela Comissão de Legislação e Plano do CMDM e questionou se a plenária tinha algo a acrescentar ou
54 excluir. Não havendo manifestações, colocou o parecer para aprovação, sendo o mesmo aprovado. **4.
55 Parecer ao Projeto de Lei 142/2021 que “autoriza a implantação de banheiros públicos no mobiliário
56 urbano do Município de Londrina e dá outras providências”:** Rosângela explicou que não foi solicitado
57 parecer com relação a este projeto de lei, mas tendo em vista que a Comissão de Legislação e Plano
58 acompanha a tramitação dos projetos da Câmara e que este guardava similaridade com o projeto anterior,
59 a referida Comissão entendeu importante elaborar manifestação e solicitar a anuência da plenária. Fez a
60 leitura e não havendo objeções, o parecer foi aprovado para envio à Câmara Municipal de Londrina. Sandra
61 Nishimura registra, no chat da reunião, ser muito importante essa decisão do Conselho em acompanhar os
62 projetos de lei em tramitação. **5. Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres (definição da
63 Comissão Organizadora e demais informações):** Rosângela explica que a Conferência estava prevista para
64 2021, mas as instâncias nacional e estadual foram suspensas em razão da pandemia. Assim, a Plenária do
65 CMDM decidiu prorrogar o mandato da gestão atual até 31/03/2022, conforme Resolução CMDM 03 de
66 18/05/2021, publicada no Jornal Oficial do Município 4384 e por meio do Decreto Municipal 717 de
67 29/06/2021, publicada no Jornal Oficial 4385. Lembra que, de acordo com a lei de criação do CMDM, a
68 eleição da nova gestão deve ser realizada durante a Conferência. Ressalta a preocupação com a eleição
69 para garantia da recomposição das vagas da sociedade civil. Neste contexto, é preciso constituir uma
70 comissão organizadora para avançarmos nos preparativos do evento. Faz a leitura da temática definida
71 pelo Conselho Nacional e enfatiza que a Comissão Diretora observou que os eixos não fazem menção ao
72 contexto da pandemia, propondo, desta forma, a inclusão de um eixo para discussão da realidade local e
73 dos efeitos da pandemia. Finaliza explicando que a Comissão Organizadora da Conferência deve ser
74 instituída por Decreto do Poder Executivo (Lei 12.466/2016, art. 16, §2º), após aprovação das indicações
75 pela Plenária. Marselle acredita que com a realização da eleição presidencial e para os governos estaduais
76 neste ano não haverá nenhum tipo de empenho para a efetivação das conferências nacional, estaduais e
77 municipais. Lembra que a eleição de novas(os) conselheiras(os) do CMDM está atrelada à Conferência,
78 conforme lei de criação do Conselho. Questiona qual seria a solução caso não realizemos a Conferência.
79 Acredita em dois caminhos: realização de uma eleição em Conferência específica para essa finalidade ou
80 mais uma prorrogação de mandato da atual gestão. Assim, é importante constituir uma comissão que
81 possa levar adiante os trabalhos, qualquer que seja o caminho a ser tomado. Elaine concorda com a
82 proposta da Marselle e manifesta sua preocupação com o esvaziamento da sociedade civil. Diz que isto
83 ocorre não por falta de interesse das mulheres, mas sim pela dificuldade de participação das eleitas, o que
84 se agravou com a pandemia. Lembra que temos um Plano Municipal que precisa ser avaliado e atualizado
85 este ano. Elaine sugere que seja feita uma conferência local para que haja a renovação das participantes e,
86 depois, quando for retomada a realização das conferências nacional e estadual realizaríamos a conferência
87 municipal preparatória, como já feito outras vezes pelo CMDM. Rosângela ressalta que o maior desafio da
88 Comissão Organizadora será decidir o formato da Conferência para eleição da sociedade civil, se virtual ou
89 presencial, tendo em vista as restrições impostas pela pandemia que ainda perduram, e destaca que as
90 manifestações anteriores do CMDM foram contrárias a realização virtual, por prejudicar a mobilização das
91 lideranças comunitárias. Reforça que os adiamentos feitos foram justamente pelo Conselho entender que o
92 formato virtual poderia impedir ou diminuir a participação da sociedade civil, em razão de suas dificuldades



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 78ª Reunião Ordinária

18 de janeiro de 2022

93 de acesso. Rosalina também expõe sua preocupação com a questão da dificuldade de participação da
94 sociedade civil, a necessidade de renovação das participantes e a realização da Conferência. Liange reforça
95 sua posição sobre a importância de realizarmos a Conferência de forma a manter o CMDM fortalecido com
96 a presença da sociedade civil. Amanda traz a reflexão sobre o porquê estamos tendo esvaziamento no
97 Conselho. Se seria pela alta carga de trabalho a qual somos submetidas para sobreviver ou pela questão da
98 dificuldade de acesso ao formato virtual. Questiona o que poderíamos fazer enquanto Conselho para que
99 não ocorra este esvaziamento. Como estratégia para a criação da Comissão Organizadora, tendo em vista
100 acreditar que não serão realizadas as conferências nacional e estaduais, Amanda propõe realizar a etapa
101 municipal. Propõe, se os casos de Covid-19 estiverem controlados, fazer o evento de forma presencial e
102 com o uso de todos os equipamentos de proteção individual (EPI'S) possíveis e disponíveis. Se os casos
103 estiverem altos ou havendo proibição de realização de eventos maiores, propõe realizar miniconferências.
104 Sandra Nishimura fala da importância de primar pelos processos coletivos e pela garantia dos direitos das
105 mulheres. Concorda com a sugestão da Comissão Diretora de que a Conferência aborde a questão da
106 pandemia e sugere sua realização de forma descentralizada, onde o evento aconteceria simultaneamente
107 em vários espaços da cidade, possibilitando o distanciamento social. Acha importante, por fim, o Conselho
108 tomar a decisão o quanto antes. Meire Moreno se diz favorável à realização da Conferência para eleição da
109 sociedade civil e ressalta que o Conselho é um órgão municipal de controle social de políticas públicas e,
110 desta forma, devemos ter autonomia para tomar nossas decisões, sem ficar na dependência de outros
111 órgãos. Concorda com a fala da Amanda, de que as pré-conferências sejam realizadas por regiões, de forma
112 descentralizada, ou por segmentos, de forma a resgatar a participação da sociedade civil e também como
113 forma de proteção sanitária. Miriam Ribeiro sugere a realização da conferência no modelo híbrido, modelo
114 já adotado por outros conselhos, como o CMDCA, para algumas reuniões, bem como encontro presencial
115 com transmissão online, se houver limitação de assentos, como nas audiências da Câmara. Após, explicou
116 que colocou esta ideia, pois acredita que a questão da pandemia é bem preocupante, mas ficar sem a
117 realização da Conferência também é preocupante. Rosalina reforça que a Comissão Organizadora deve
118 avaliar a questão sanitária na realização do evento e no formato a ser escolhido. Marselle elogia as várias
119 propostas e a participação das conselheiras. Frisa que, pelas falas, a realização da conferência para eleição
120 da sociedade civil é consenso e fica o desafio de definir o formato. Passando à definição das participantes,
121 colocaram-se à disposição para formar a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal de Políticas
122 para as Mulheres de Londrina as seguintes conselheiras: I – Representantes do Poder Público: Elaine
123 Ferreira Galvão, Fernanda Serenário, Miriam de Jesus Apolinário Ribeiro e Rosângela Portella Teruel. II –
124 Representantes da Sociedade Civil: Amanda Gaion Pedro, Marselle Nobre de Carvalho, Meire Ellen Moreno
125 e Rosalina Batista. Os nomes foram aprovados pela Plenária e será solicitada a publicação de Decreto. A
126 Comissão trará uma proposta na reunião ordinária de fevereiro. **6. Relato dos casos de violência contra as**
127 **mulheres ocorridos em áreas públicas de Londrina:** Rosângela fez um resgate das principais ocorrências
128 recentes da cidade de Londrina. O primeiro caso ocorreu no final de 31 de outubro de 2020. Durante uma
129 corrida matinal, uma jovem de 18 anos foi brutalmente atacada por um homem. Ela se exercitava na
130 ciclovia do aterro do Lago Igapó, em um domingo, às 8h30. A vítima teve a boca tampada e foi derrubada
131 no chão pelo agressor. Os dois entraram em luta corporal enquanto ela gritava por ajuda. No mesmo
132 momento, por coincidência, uma ambulância passou pelo local, o que espantou o agressor. O segundo
133 relato foi sobre o corpo de uma mulher, de 27/28 anos, encontrado aos fundos do Parque Arthur Thomas,
134 em local de difícil acesso. Segundo o Instituto Médico-Legal (IML), a mulher apresentava ferimentos na
135 cabeça, feitos por arma branca. A Polícia também apura se ela teria sido violentada, já que estava seminua
136 e usando apenas uma peça íntima. Por fim, dia 09 deste mês, duas mulheres, de 30 e 19 anos, foram
137 vítimas de sequestro e violência sexual ao saírem do Zerão. Elas foram abordadas por um homem quando
138 estravam no carro. Câmeras do local registraram o suspeito perseguindo-as e entrando no veículo. Uma das



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 78ª Reunião Ordinária

18 de janeiro de 2022

139 mulheres sofreu violência sexual e, após entraram em luta corporal com o agressor, ele fugiu com o carro
140 das vítimas. As vítimas foram socorridas em Sertãozinho. As imagens do sequestro foram divulgadas e o
141 retrato falado do agressor também. Rosângela cita, ainda, uma matéria veiculada pela Folha de Londrina,
142 no dia 12/01/2022, com o título “Medo acompanha mulheres em áreas de lazer em Londrina”. O texto traz
143 relatos de como as mulheres estão amedrontadas com as recorrentes situações de violência. Meire
144 informou que a Frente Feminista de Londrina reuniu-se esta semana para discutir o tema. Parabenizou o
145 CMDM por trazer o assunto para discussão. Relata que a grande maioria dos casos de violência sexual
146 contra as mulheres não acontece nos espaços públicos ou de lazer. Diz que a leitura que a maior parte da
147 sociedade faz é que a violência ocorre por falta de segurança pública, quando na verdade o assunto é mais
148 profundo, existe toda uma questão cultural, de gênero, patriarcado, etc. Chama a atenção para que o
149 CMDM fique atento, pois a violência sexual está muito além da falta de segurança pública. Frisa, ainda, que
150 a parte da mídia foi irresponsável quando divulgou a notícia publicando os vídeos do crime expondo os
151 rostos das mulheres agredidas. Sugere solicitar aos órgãos de governo informações sobre as políticas de
152 prevenção e enfrentamento à violência sexual, pois precisamos estar cientes sobre como está acontecendo
153 esta prevenção no âmbito dos órgãos de segurança pública, educação, cultura, dentre outros. Elaine
154 relatou algumas informações que recebeu sobre o caso. Diz ter ficado chocada com o relato do ocorrido.
155 Concordou com as propostas da conselheira Meire e que o assunto será pautado na Rede de
156 Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na reunião de fevereiro. Relatou sua preocupação com o
157 atendimento recebido pelas vítimas. Propõe encaminhar este assunto para a Comissão de Enfrentamento à
158 Violência do Conselho para que seja discutido em uma reunião específica. Amanda reforça a fala das
159 conselheiras Meire e Elaine. Concorda que é necessário redigir ofícios para diversos órgãos e que também o
160 tema deve ser encaminhado à Comissão de Enfrentamento à Violência do CMDM. Coloca como proposta a
161 elaboração de nota pública sobre a questão de exposição das vítimas. Contou que teve notícias que este
162 agressor já tentou agredir outras mulheres antes. Pondera que o Conselho deve pensar de forma mais
163 ampla, realizando campanhas permanentes sobre o assunto, por exemplo. Rosalina concorda com as
164 propostas feitas e sugere, dentre os ofícios, enviarmos para o Conselho Estadual da Mulher. Cássia lembra
165 que a Guarda Municipal realiza anualmente capacitação para seus servidores(as) em que tratam questões
166 como violência contra a mulher, racismo, dentre outros assuntos. Diz que o número de atendimentos
167 aumentou muito com a pandemia. Relata que a GM tem feito um trabalho preventivo, com a realização de
168 palestras sobre violência contra mulheres e idosos, além da distribuição de materiais informativos em
169 escolas. Acredita que o trabalho preventivo é essencial e que devemos ensinar a população a se precaver
170 de forma mais efetiva, não esperando acontecer situações como estas. Ana Franzon parabeniza as falas
171 qualificadas. Acha importante, neste momento em que a cidade está mobilizada, fazermos uma ação.
172 Meire lembra que devemos tratar, quando falamos da violência sexual, das questões da revitimização e
173 culpabilização das vítimas. Que os encaminhamentos do Conselho tenham esta perspectiva. Priscila coloca,
174 no chat, que precisamos estreitar as relações com a Educação e realizar mais ações de prevenção, não só
175 na Saúde, mas em outras esferas também. Ana Franzon manifesta-se, também, no chat dizendo que
176 precisaríamos de recursos para a realização de campanhas educativas e de sensibilização para reduzir a
177 violência contra as mulheres, “em contrapartida e reparação à inefetividade do Estado em garantir a
178 segurança das mulheres brasileiras e na cidade”. Dilcéia, no chat, concorda com as falas das colegas,
179 avaliando ser um absurdo tanta violência contra as mulheres. Frisa que, enquanto Conselho, precisamos
180 nos manifestar. Meire Moreno concorda com a proposta de nota pública. Elaine pede que essa nota se
181 dirija também à imprensa e problematize a forma de cobertura feita dos casos de violência de gênero.
182 Marselle elogia o debate extremamente qualificado e ressalta que o CMDM repudia qualquer tentativa de
183 revitimização e culpabilização de mulheres vítimas de violência. A mídia, no caso do Zé, “transformou”
184 as mulheres em culpadas pelo aconteceu com elas, ao falar que estavam de madrugada, que estavam



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 78ª Reunião Ordinária

18 de janeiro de 2022

185 “namorando no carro”, etc. Entende que o ato imediato do Conselho seria, então, uma manifestação
186 pública, explicando o que não é aceitável e o que repudiamos. Reforçando que o estupro não aconteceu
187 por causa das mulheres. Após, acordou-se de elaborar ofícios para diversos órgãos, CML, Assembleia
188 Legislativa, órgãos de segurança, cobrando qual será o posicionamento das entidades diante do caso e o
189 que estão fazendo para mitigar a violência contra as mulheres. Sugere o encaminhamento para a Comissão
190 de Enfrentamento à Violência para que elaborem os documentos. Em médio prazo, acham importante a
191 retomada das atividades de educação, formação, capacitações e campanhas. Meire também ressalta a
192 importância de que a nota seja enviada para a imprensa, conforme proposta da Elaine. Ana Franzon
193 recomenda à Comissão o contato com a jornalista Cecília, da Rede Lume. Ela já participou de reuniões do
194 CMDM e é bastante engajada com a agenda dos direitos humanos das mulheres. Amanda sugere que
195 outras conselheiras ajudem a Comissão de Enfrentamento a elaborar a nota pública. Rosalina ressalta que a
196 reunião deve ser em regime de urgência. Propostas aprovadas pela Plenária. Ofereceram-se para colaborar
197 as conselheiras Simone Arruda, Meire Moreno e Amanda Gaion. Passamos ao ponto incluído na pauta –
198 **Horário das reuniões do CMDM:** Marselle explica que a partir do próximo mês não terá mais condições de
199 participar das reuniões neste novo horário, das 14 às 16 horas. Pergunta à plenária se de fato este novo
200 horário é o melhor para a maioria ou se outras pessoas também preferem das 16 às 18 horas. Rosalina
201 propõe voltar das 16 às 18 horas. Meire, Ana, Simone, Eunice, Priscila, Tatiane, Elaine, Luciana, Lucimar,
202 Miriam votam pelo horário das 16 às 18 horas também. Dilcéia explica a dificuldade, enquanto servidora,
203 de ficar após as 18 horas porque a Secretaria tem que fechar, desta forma não consegue ficar até o término
204 da reunião quando ela se estende. Mas, sendo a preferência da maioria, concorda com o retorno às 16
205 horas. Lucimar sugere que tentemos nos organizar para terminarmos dentro do horário, de forma a não
206 prejudicar quem não pode ficar após as 18 horas. Nenhuma manifestação contrária, fica aprovado o horário
207 das 16 às 18 horas, sendo as convocações da seguinte forma: primeira convocação às 15h45, segunda
208 convocação às 15h55; terceira e última convocação às 16h00. A Plenária decide que, tendo em vista o
209 aumento do número de casos de COVID-19, em decorrência da variante Ômicron, as reuniões serão
210 mantidas em formato virtual, até que se restabeleça a segurança sanitária para o retorno presencial. **6.**
211 **Relato das Comissões:** Em razão do adiantado da hora, ficou acordado que o relato das comissões será
212 enviado por e-mail e por WhatsApp, constando também nesta ata. **Comissão de Legislação e Plano:**
213 **Coordenação:** Rosângela Portella Teruel (SMPM). a) Realizada discussão para análise e emissão de parecer
214 de 02 projetos de lei, pontos de pauta da presente reunião: - **PL 240/2021:** Dispõe sobre a proibição da
215 instalação, adequação e o uso comum de banheiros por pessoas de sexo biológico diferentes em todos os
216 estabelecimentos comerciais, estudantis e órgãos públicos da administração direta ou indireta no
217 Município de Londrina e dá outras providências. Obs.: O prazo de resposta era 15/01. Foi solicitada
218 prorrogação até 19/01. - **PL 142/2021** - Autoriza a implantação de banheiros públicos no mobiliário urbano
219 do Município de Londrina, e dá outras providências. Obs.: Não foi solicitado parecer ao CMDM, mas a
220 Comissão entendeu pertinente emitir manifestação sobre o assunto. b) Tendo em vista a aprovação da Lei
221 Geral do Plano Diretor em dezembro/2021 e a apresentação dos estudos técnicos e resultados parciais para
222 atualização das leis complementares vinculadas ao Plano Diretor em 05/01, a Comissão entendeu
223 importante agendar reunião com o IPPUL para discussão sobre as demandas do CMDM com relação ao
224 planejamento urbano considerando a perspectiva de gênero. c) Monitoramento PMPM: Após a reunião
225 extraordinária de 05/10/2021 foram enviados pedidos de informação para secretarias e órgãos municipais
226 de forma a atualizar o monitoramento do Plano Municipal de Políticas para Mulheres. O prazo de resposta
227 inicial foi 26/11 e, em alguns casos, houve prorrogação. Foi realizada a inserção das informações enviadas
228 pelas secretarias/órgãos na planilha de monitoramento do PMPM e o assunto será levado à Comissão de
229 Legislação e Plano e, posteriormente, à plenária do CMDM. Obs.: ainda estamos aguardando as respostas
230 de 04 pedidos de informação. **Comissão de Saúde: Coordenadora:** Elaine Galvão (SMPM). a)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 78ª Reunião Ordinária

18 de janeiro de 2022

231 Disponibilizado pela conselheira Marselle estudo demonstrando baixa cobertura de vacinação contra
232 Covid-19 em grávidas e puérperas. Proposta de fazer um levantamento da situação de Londrina. b)
233 Encaminhamento de Consulta Pública para receber contribuições da Sociedade Civil acerca da construção
234 do Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência - Portaria
235 Interministerial nº 2, de 5 de outubro de 2021. Responsável: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
236 Humanos; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Demais comissões:** Tiveram suas
237 composições atualizadas e neste período de férias/recesso não realizaram atividades, enviando somente
238 informes nos grupos de WhatsApp. **7. Informes:** Também serão enviados de forma mais detalhada por e-
239 mail e WhatsApp. Rosângela registra que nos carnês de IPTU que foram encaminhados este ano, para
240 271.353 domicílios, existe a informação que no município de Londrina existe um serviço de atendimento
241 especializado e gratuito a mulheres vítimas de violência, ou seja, o CAM. Relata, também, a assinatura do
242 Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Prefeitura de Londrina e o Ministério da Mulher, da Família
243 e dos Direitos Humanos visando o recebimento, o encaminhamento e o processamento de denúncias de
244 violações de direitos humanos recebidas pelos canais de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos
245 Humanos: Ligue 180 e Disque 100. O Ligue 180 destina-se a atender mulheres em situação de violência e
246 que o Disque 100 tem a incumbência de receber registros e denúncias de violação de direitos humanos de
247 crianças, adolescentes, idosos, entre outros. Já foi constituída Equipe Técnica Municipal responsável pela
248 operacionalização do Ligue 180 e Disque 100 no âmbito do município de Londrina por meio do Decreto
249 Municipal 1448, de 21 de dezembro de 2021 (publicado no JOM 4511). Ana Franzon enviou um informe no
250 grupo de WhatsApp e e-mail do CMDM, em razão do horário, e solicitou a inserção na ata. Relatou que a
251 CEVID-TJPR lançou, em dezembro de 2021, o Boletim Informativo nº 8/2021 e, dentre as informações que
252 elas compartilham, consta essa: CEVID/TJPR E UFPR INICIAM PESQUISA SOBRE O INDEFERIMENTO DE
253 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. Embora não cite o controle social expressamente na matéria, essa
254 demanda teve início com ação do CMDM, a partir do caso do feminicídio de Sandra Mara em Londrina, em
255 2020, em que o juiz indeferiu a medida protetiva. Foram realizadas reuniões com Ministério Público e juíza
256 da Vara Maria da Penha em Londrina, e com a CEVID, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço. Anexou ao
257 informe cópia do Boletim citado. Para registro, D.Rosalina questiona se a saúde pública cobre cirurgias
258 plásticas para mulheres vítimas de violência. Conta um caso, de Apucarana, em que a mulher ficou com o
259 rosto desfigurado após sofrer agressões. Essa informação será verificada. Não havendo outros assuntos a
260 tratar, Sra. Rosalina agradece a participação de todas e encerra a reunião às 16h22. Eu, Fernanda Serenário,
261 secretária *ad hoc*, lavro a referida ata.